



É hora de a diplomacia brasileira acordar para a América do Sul

“Ausência de ação no continente é preocupante em um momento de aumento da rivalidade entre China e EUA na região”.

Hussein Kalout*, O Estado de S.Paulo

07 de julho de 2021 | 09h00

O Brasil do governo Jair Bolsonaro não conseguiu, até o momento, arquitetar uma política externa consentânea com os interesses do país para a América do Sul. O significado dessa inércia implica em assumir um enorme risco geopolítico e, pior, essa ausência se dá em um período crucial da conformação dos novos pilares da ordem internacional, sob a regência da rivalidade sino-americana.

No futuro, a América do Sul será espécie de “novo Oriente Médio” e o valor agregado da preservação da floresta será apreciado como “novo petróleo”. A China já avançou as suas peças em direção à região, enquanto, os EUA, esquematizam uma nova estratégia hemisférica para restaurar a sua presença e se contrapor a Pequim.

Amarrado a cálculos ideológicos obscuros e restrito a ações políticas anódinas, o processo decisório da diplomacia brasileira para a região gerou graves fraturas e desmesurado vácuo de poder. Esses desacertos geoestratégicos ocorreram na hora errada e contribuíram para restringir as alternativas do Brasil no mapa geopolítico sul-americano.

A diplomacia presidencial, que sempre foi um componente importante no exercício das relações internacionais do país, foi reduzida a atos pontuais que não possuem nenhuma transcendência objetiva. As escolhas feitas pelo governo — como a presença do presidente Bolsonaro nas cerimônias de posse presidencial no Equador e Uruguai e não nas de Argentina e Bolívia — vão dinamitando a expressão de importância do Brasil na América do Sul e minando a capacidade do país de expandir o seu arco de influência.

A ideia de uma transição gradual de rumo vai se impondo, vagarosamente, na agenda da Itamaraty. No entanto, essa possível mudança de chave na região não ocorrerá sem custos e demandaria, senão rompimento, um distanciamento dos paradigmas draconianos que ainda vigoram em certos guetos do governo.

Como o Brasil perdeu importantes vantagens comparativas e poder de competitividade, sair da armadilha do isolamento na América do Sul requer: 1) reconhecer que o país está com os seus movimentos diplomáticos limitados para a construção de robustas linhas de

ação na região; 2) compreender que, sem iniciativas concretas e pragmáticas, não há como avançar em uma agenda regional construtiva.

A integração física da América do Sul demanda investimentos maciços, o que significa dizer que, sem aporte de robustas cifras pelo Brasil, qualquer iniciativa nessa direção tende a não evoluir. É importante tomar o cuidado para não ressuscitar projetos já ultrapassados, repaginá-los e recolocá-los na pauta da política externa como “novas iniciativas”.

Em matéria de segurança de fronteira, a construção de uma cooperação eficiente precisa ser alcançada, precisamente, com os países que o Brasil possui hoje baixa ou nenhuma interlocução – é onde o crime organizado tem operado sem vigilância. Isto significa que, para a consecução de uma agenda política comum no plano regional, a opção pelo diálogo não pode ser apenas com Colômbia e Paraguai – que são representados por governos de direita – mas também com Bolívia, Peru, e Venezuela – que estão à esquerda.

Diálogo com a Venezuela

Reconstituir os canais de diálogo com a Venezuela, além de ser imperativo estratégico interligado à segurança nacional do Estado brasileiro, será uma demonstração relevante de pragmatismo no contexto regional – a reabertura do setor consular em Caracas já representaria algum avanço.

Com a Argentina, à despeito das divergências no âmbito do Mercosul, a relação no plano bilateral precisa sair do “ponto morto” em que está. A recente visita a Buenos Aires do assessor da Casa Branca para América Latina, Juan Gonzáles, tinha entre os seus múltiplos objetivos: a) atrair o governo Fernandez para a órbita de Washington; b) reduzir e redirecionar a dependência argentina em relação ao Brasil. E isso vale, também, para o Uruguai.

A tese que vigora no governo brasileiro, de que os países sul-americanos se insularam para focar na solução da pandemia, é improcedente. Afinal, Estados Unidos e China (até a Rússia) intensificaram a sua atuação e a “diplomacia da vacina” no nosso entorno.

Na América Central, México e Caribe, a atuação do governo Bolsonaro é de baixíssima tração. Todavia, o recente voto do governo de abstenção na resolução que condena o embargo unilateral pelos EUA à Cuba na ONU revela o regresso de um mínimo de racionalidade à diplomacia brasileira, ainda que o um voto favorável seria o mais apropriado. É, de qualquer forma, um ajuste inicial importante da posição anterior que isolava o Brasil, além de violar o direito internacional e atentar contra os interesses estratégicos do próprio país.

Como o governo Bolsonaro não é, precisamente, uma referência positiva em matéria de combate à pandemia, exemplo de proteção do meio ambiente, indutor qualificado do desenvolvimento econômico regional, fonte de equilíbrio político e de estabilidade democrática, é prudente começar pelo que é simples: ajuste gradual de posicionamentos. Nesse contexto, é fundamental começar a recuperar a presença política do país na região.

Sem ações concretas e dose calibrada de realismo político, o Brasil corre o risco de mergulhar em ativismo diplomático sem resolutividade e no ensaio de movimentos táticos paliativos. A bússola geopolítica do Estado brasileiro jamais deve cair na armadilha de decodificar os nossos interesses estratégicos na América do Sul sob o prisma ideológico de “direita ou esquerda”. Já passou da hora de acordar!

***É Cientista Político, Professor de Relações Internacionais e Pesquisador da Universidade Harvard. Foi Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2017-2018).**